

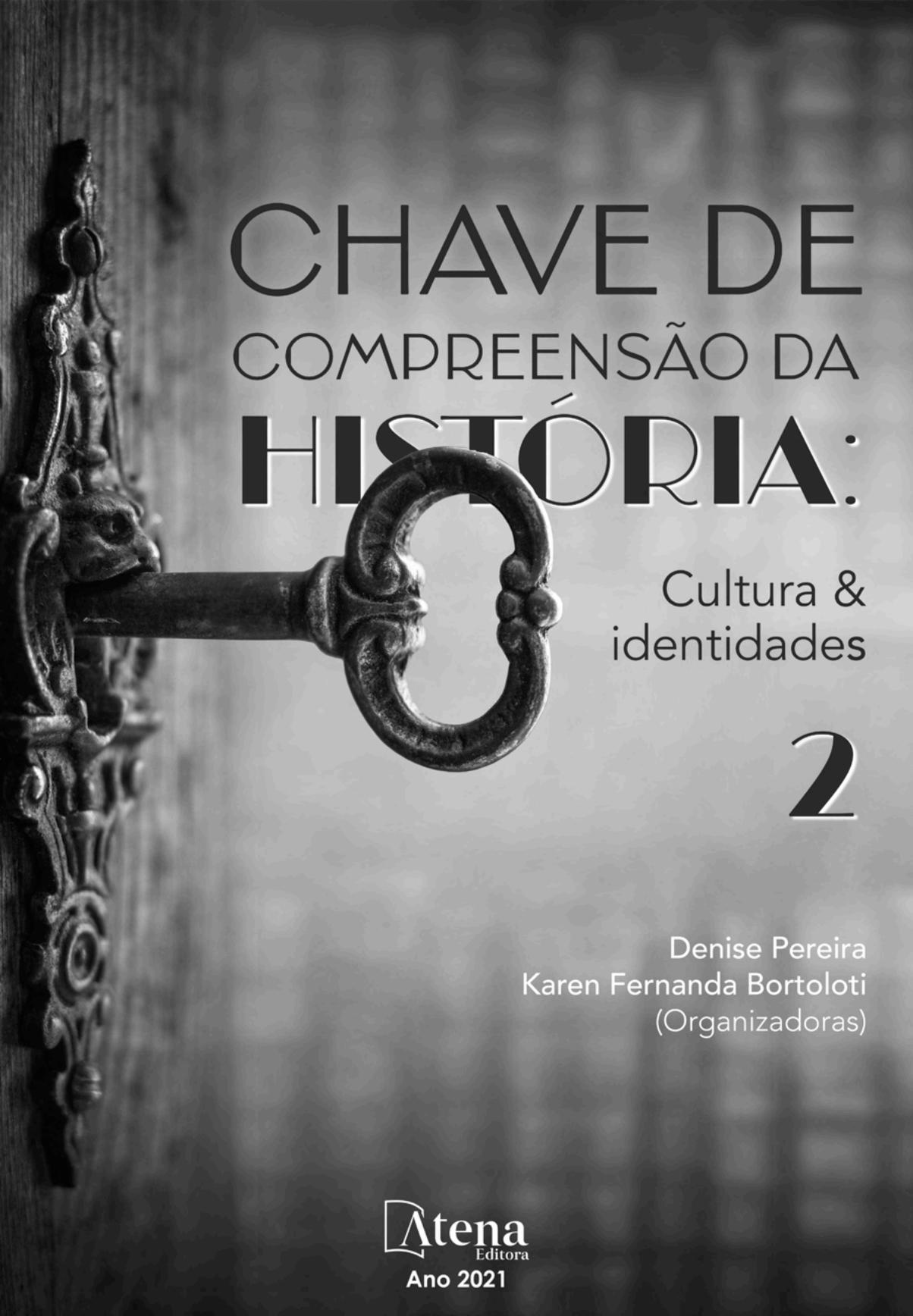
CHAVE DE COMPREENSÃO DA HISTÓRIA:

Cultura &
identidades

2

Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti
(Organizadoras)

 **Atena**
Editora
Ano 2021



CHAVE DE COMPREENSÃO DA HISTÓRIA:

Cultura &
identidades

2

Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti
(Organizadoras)

 **Atena**
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Chave de compreensão da história: cultura & identidades 2

Diagramação: Gabriel Motomu Teshima
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadoras: Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C512 Chave de compreensão da história: cultura & identidades 2 / Organizadoras Denise Pereira, Karen Fernanda Bortoloti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-748-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.489211412>

1. História. 2. Cultura. 3. Identidades. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Bortoloti, Karen Fernanda (Organizadora). III. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de e-commerce, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Ainda que sem nos darmos conta, estamos, cotidianamente, refletindo acerca da sociedade em que vivemos. Cada vez que nos questionamos: “como isso foi possível?” ao nos surpreendermos com uma notícia estampada na rede, estamos pensando sobre os rumos que a sociedade está tomando, portanto, nos questionando e refletindo sobre a sociedade que vivemos. A cultura, como um produto social, tem, certamente, um grande impacto em nossa compreensão como sujeito, portanto, entrelaçar historicamente essas duas discussões, qualifica essas reflexões de forma incontestável.

Ao pensar historicamente uma questão central é como a cultura é essencial aos indivíduos para refletirem sobre suas ações no tempo e a construção de identidades tão diversas. Neste sentido, pensar em história requer pensar em cultura, justamente porque ao estudar a multiplicidade deste conceito desvendaremos as questões inseridas em nosso dia a dia com o objetivo de possibilitar melhor compreensão de todos os fenômenos que estão imersos no cotidiano e impactam em nosso posicionamento no mundo.

Neste momento, em que presenciamos discussões cada vez mais acirradas sobre as identidades, é importante retomarmos os ensinamentos que nos foram legados pelo antropólogo Clifford Geertz de que a cultura é um “sistema simbólico”, uma teia de significados que carrega mecanismos de controle para governar o comportamento. É construída a partir de valores e crenças, de códigos morais e hábitos que são socialmente erigidos, transmitidos, aprendidos por meio de signos e símbolos. Ela contribui para regular e padronizar atitudes e emoções, contribui, historicamente, para a elaboração de identidades.

Este e-book é sem dúvida, um convite a reconhecer no “outro”, naquele que a princípio enxergamos através de pré-conceitos e pré-julgamentos, alguém com quem podemos potencialmente aprender, com quem podemos nos modificar e que também podemos transformar.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Denise Pereira
Karen Fernanda Bortoloti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

CIDADES SITIADAS: REPRESENTAÇÕES DO MEDO DA MORTE E DAS ENFERMIDADES NA PANDEMIA DO COVID-19 E NAS CHARGES DO FINAL DO SÉCULO XIX NO BRASIL

Élcia de Torres Bandeira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114121>

CAPÍTULO 2..... 15

CURIMBA ONLINE: ESTRATÉGIAS MUDIÁTICAS DURANTE A PANDEMIA E ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE SÃO GONÇALO, 2020

Camilla Fogaça Aguiar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114122>

CAPÍTULO 3..... 28

PENSANDO A HISTÓRIA E O TEMPO PRESENTE: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DAS REVENDEDORAS DE COSMÉTICOS E A SUA NARRATIVA NO MUNDO DO DIREITO

Bárbara Galli de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114123>

CAPÍTULO 4..... 37

HISTÓRIA E MEMÓRIA: DIÁLOGOS PELA AUTONOMIA TERRITORIAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA LAGOA DE MELQUÍADES E AMÂNCIO

Jonatan Dos Santos Silva

Viviane Sales Oliveira

Felipe Eduardo Ferreira Marta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114124>

CAPÍTULO 5..... 49

POLÍTICAS INDÍGENAS E O SER INDÍGENA NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE

Ivan Pereira Rodrigues dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114125>

CAPÍTULO 6..... 62

O “HOMEM PLURAL” E O PLURALISMO RELIGIOSO

Maylle Alves Benício

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114126>

CAPÍTULO 7..... 74

JOSEPH RATZINGER E LEONARDO BOFF: ALGUNS PONTOS DE APROXIMAÇÃO E DISTANCIAMENTO

Danillo Rangell Pinheiro Pereira.

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114127>

CAPÍTULO 8	89
“ESPÍRITO BRANCO EM BUSCA DE ALMAS NEGRAS” COLONIALISMO E MISSÕES CATÓLICAS: CONHECER PARA CATEQUISAR E DOMINAR. SUL DE MOÇAMBIQUE (FINAL DO SÉCULO XIX)	
Denilson Lessa Dos Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114128	
CAPÍTULO 9	104
O TESTAMENTO DE DOM EMANUEL GOMES DE OLIVEIRA, UMA ANÁLISE HISTÓRICA	
Maximiliano Gonçalves da Costa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4892114129	
CAPÍTULO 10	116
HISTORIOGRAFIA E CATOLICISMO: DONOSO CORTÉS E OS RUMOS DA MODERNIDADE HISTÓRICA	
Roney Marcos Pavani	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.48921141210	
CAPÍTULO 11	128
DOM AUGUSTO ÁLVARO DA SILVA: FÉ E POLÍTICA	
Solange Dias de Santana Alves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.48921141211	
CAPÍTULO 12	143
SCIENTIFIC DISCOURSE MODELING: A SEMIOTIC VIEW	
Marcus Vinicius Dos Santos Claro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.48921141212	
CAPÍTULO 13	152
ARQUEOASTRONOMIA: A CONSTRUÇÃO DE URUK E A INFLUÊNCIA DOS CÉUS	
Leonardo Birnfeld Kurtz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.48921141213	
CAPÍTULO 14	166
O GUERRILHEIRO HEROICO: FOTOGRAFIA E GÊNERO	
Andréa Mazurok Schactae	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.48921141214	
CAPÍTULO 15	179
ATHÉNAÏS MICHELET: UMA TRAJETÓRIA APAGADA	
Aline Dal'Maso	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.48921141215	
CAPÍTULO 16	192
AS VISÕES DA DIPLOMACIA ESTADUNIDENSE SOBRE AS FORÇAS ARMADAS	

BRASILEIRAS NO GOVERNO JK (1956-61): APONTAMENTOS INICIAIS DE PESQUISA

Vinícius Marcondes Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.48921141216>

SOBRE AS ORGANIZADORAS.....204

ÍNDICE REMISSIVO.....205

CAPÍTULO 8

“ESPÍRITO BRANCO EM BUSCA DE ALMAS NEGRAS” COLONIALISMO E MISSÕES CATÓLICAS: CONHECER PARA CATEQUISAR E DOMINAR. SUL DE MOÇAMBIQUE (FINAL DO SÉCULO XIX)

Data de aceite: 01/12/2021

Denilson Lessa Dos Santos

Professor de História da África da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Departamento de Ciências Humanas – Campus V. Mestre em História Social- UFBA e Doutorando em Estudos Étnicos e Africanos – Pós-Afro/UFBA.

RESUMO: A presença de missionários católicos nas terras de Moçambique data do século XVI, mas a grande corrida para salvar as almas negras, na linguagem dos próprios missionários, se deu nos finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, no contexto do processo de roedura, da partilha e da efetiva colonização do continente africano. A partir das evidências apontadas em alguns relatórios missionários, nota-se que os africanos deveriam ser catequizados, principalmente, para retirá-los de seu estágio de “inferioridade” e transformá-los, através da fé, em homens e mulheres civilizados. Conquistar corpos e almas negras era a tarefa das muitas missões católicas e protestantes espalhadas pelo território de Moçambique. Salvar os africanos, segundo visões e imagens da época, de sua indolência, preguiça, de sua condição animaléscas, de costumes pagãos e supersticiosos era o objetivo dos missionários não apenas católicos, mas, também, protestantes de várias nacionalidades. Procura-se, nesse texto, discutir, especificamente aspectos em torno das visões e representações que administradores,

militares e missionários tinham sobre os “naturais da terra” de Moçambique. Era preciso conhecer para catequisar. Assim, foi o caso vivenciado pelo missionário católico Augusto Soares Pinheiro, no Sul de Moçambique, próximo à Lourenço Marques, da Missão de São José de L’hanguene, que em 1894, traçou como uma de suas metas para conquistar corpos e almas negras, fazer uma viagem para conhecer os africanos do reino de Maputo, sobretudo o rei *Unguanazi (Ngwanase)*.

PALAVRAS-CHAVE: África; Moçambique; Colonialismo; Cristianismo.

1 | COLONIALISMO, COBIÇA E MISSÕES CRISTÃS CATÓLICAS

A empresa misericordiosa de salvar as almas para Deus tem de se conciliar com a de educar corpos para o trabalho; o ensino religioso precisa abster-se de semear doutrinas, embora verdadeiras, que em espíritos rudes e maus possam produzir revoltas contra as leis sociais; a propaganda cristã, em suma, deve restringir-se ao possível em relação às capacidades e faculdades dos catequizandos, e não perder de vista o útil, como entendem os legítimos interesses humanos. (ENNES, 1946: 217)

Em seu relatório de 1893, oferecido ao reino português, na condição de Governador da

Província de Moçambique, Antônio Ennes, em uma das páginas do referido documento informava que só haveria sentido em salvar as almas e conquistar os corpos dos africanos se os mesmos fossem educados para o trabalho. Esse Governador da Província ficou conhecido por ter empreendido uma nova filosofia no trato da administração colonial. Além disso, notabilizou-se por ter iniciado uma dura e violenta política indígena, principalmente para pacificar os povos que ainda não tinham aceitado o domínio português. Ele, com o auxílio de Mouzinho de Albuquerque, foi o principal responsável pela pacificação dos *Vátuas*, consequentemente dominando o império de Gaza e destronando de seu posto o imperador *Gungunhana*.¹

No longo relatório de 1893, nota-se que há pontos de discórdias entre Antônio Ennes e a Prelazia.² Na verdade, reclamava o administrador que só haveria razão para a atuação dos párocos e missionários se preparassem os corpos dos africanos para o trabalho. Era necessário arar a terra e plantar; abrir estradas; cavar grandes vales; carregar pesos e mercadorias e, além disso, era preciso preparar um grande contingente de pessoal subalterno para servir no auxílio da administração ou servir aos colonos brancos da província. Nesse sentido, era preciso formar engraxates, sapateiros, carpinteiros, pedreiros, carregadores, entre outras funções para atender à máquina colonial.

Embora divergisse da maneira como as missões vinham sendo administradas, Antônio Ennes defendia que elas eram imprescindíveis para a manutenção da ordem colonial. Esse administrador direcionava suas críticas às missões porque elas eram acusadas de apenas se dedicarem a ensinar aos africanos o catecismo e com isso poderia despertar nas almas, segundo ele, dos ditos pretos o gosto pela literatura. Para ele, esse método, e da forma como estava sendo conduzido, apenas poderia despertar num futuro breve a consciência dos indígenas frente a sua situação de colonizados e explorados. (ENNES, 1946: 217) Antônio Ennes, também, defendia que as missões católicas na África cumpriria o papel de rebater o proselitismo do “maometanismo e debelar as superstições gentílicas dos bárbaros e selvagens.” As missões tinham que ter uma postura “menos exclusivo e inflexivelmente religioso e mais um caráter civilizador.” (ENNES, 1946: 215/216) Para ele a única maneira de se fazer gerar riqueza para a Colônia seria através dos corpos dos africanos. Então, dessa forma, ele considerava as missões como instrumento indispensável para a máquina colonialista. Era preciso gerar riqueza e para isso necessitava de braços especializados e preparados para atender à cobiça dos colonizadores, ávidos por lucro.

1 Gaza era um Reino que teve como destaque, dentre outros, um grande líder chamado Gugunhana. Na chamada Campanha de 1895 (Guerra de Pacificação), quanto estava à frente Joaquim Mouzinho de Albuquerque, à época Capitão da cavalaria, Gugunhana foi preso em 28 de dezembro e enviado para Lisboa, de onde foi enviado para Açores e faleceu em 23 de novembro de 1906. Na época o distrito de Gaza fazia fronteiras com o distrito de Manica, a norte, Inhambane, a nordeste, Maputo, a sul e com a África do Sul e hoje Zimbábwe a oeste; tem ainda cerca de 200 km de costa do Oceano Índico, a sudeste é atravessado pelo rio Limpopo.

2 A Prelazia em Moçambique até os anos 1940, se configurava como a sede representante da Santa Sé, portanto da Igreja Católica. Sendo que ela era sufragânea à Arquidiocese de Goa, na Índia. Moçambique só passou até Arquidiocese a partir de 1940, após assinatura do acordo missionário.

No ano de 1899, Joaquim Mouzinho de Albuquerque publicou um relatório intitulado *Moçambique 1896-1898*. O texto, segundo ele, representava suas atividades em terras africanas no período em que foi Governador da Província de Moçambique. (ALBUQUERQUE, 1899:93) O objetivo do relatório não era apenas prestar contas de sua administração junto ao governo ultramarino, mas divulgar entre os colonos e a gente da metrópole as imagens de Moçambique. Quando assumiu o cargo de administrador da Província, queixava-se que a soberania do império ultramarino Português na África Oriental estava ameaçada. Apesar do acordo assinado com a Inglaterra, em função do *Ultimatum* de 1891, ter redefinido as fronteiras da Província, na prática, segundo Mouzinho, a ocupação de Moçambique resumia-se de fato “a uma estreita faixa do litoral à exceção de alguns pontos isolados no interior – Sena, Tete, Zumbo, Macequece e poucos mais – e do que atualmente constitui o distrito de Inhambane.” (ALBUQUERQUE, 1899:37)

Em 1896, nota-se, que para além da região Sul da Província, que incluía o distrito de Lourenço Marques, as outras áreas e fronteiras da Província de Moçambique estavam sob influência direta dos régulos das várias sociedades locais, de alguns chefes árabes ou arabizados na área norte, mas, sobretudo, o governo português estava preocupado com a soberania de sua colônia. Reclamava o administrador que tanto pelo litoral, quanto as fronteiras do norte, e até mesmo as terras da região sul de Moçambique, estavam cercadas por influências estrangeiras que cobiçavam as riquezas daquela província. (ALBUQUERQUE, 1899:39)

Pode-se afirmar que a efetiva atuação de um moderno império colonial português e as definições do pensamento sobre os *indígenas* iniciaram-se na chamada geração de 1895 em Moçambique, a exemplo de Antônio Ennes e do próprio Mouzinho de Albuquerque, homens que estavam envolvidos nas chamadas “guerras de pacificação” dos nativos e tinham o objetivo, segundo as bases da ideologia colonial, de difundir a civilização entre os africanos e transformá-los em novos homens. Segundo Mário Moutinho, foi nos fins do século XIX que se formou as bases de um pensamento colonial que tinha como suporte a política imperialista e o racismo vigente à época. (MOUTINHO, 2000) Assim, lançavam-se as bases teóricas de uma doutrina colonial para justificar a cobiça e as práticas de exploração nas colônias africanas. Os africanos, de modo geral, eram reduzidos a uma condição de animalidade, logo precisavam ser tutelados para levá-los à civilização. Um dos grandes ideólogos do colonialismo português, Norton de Matos, que atuou principalmente em Angola como Governador Geral em 1912, afirmava que

As nações que ocuparam regiões na África avaliaram desde a primeira hora as responsabilidades que assumiam com o seu procedimento e a magnitude da missão a que se obrigavam. Tomavam sob a sua tutela povos primitivos, carecendo muito mais de protecção e cuidados do que crianças abandonadas; cheios de animalidade, de superstições e de vícios. (NORTON, Apud: MOUTINHO, 2000: 44)

É verdade que o início da corrida pela efetiva conquista do território se deu anteriormente ao período que Mouzinho foi nomeado administrador de toda província de Moçambique. Basta que se veja os diversos casos que ocorreram em várias partes do continente africano quando potências europeias, a exemplo da França, Alemanha, Inglaterra e Bélgica, principalmente após a Conferência de Berlim em 1885, advogaram e praticaram a invasão e conquista de várias sociedades africanas. (WESSELING, 1998; KIZERBO, 2002, Tomo II; BOAHEN, 2011, vol. VII) Ocupar o território era necessário. O tom utilizado pelo administrador Mouzinho denota quais eram as práticas e métodos utilizados pelo Império Português, através de seus prepostos, para conquistar territórios e subjugar as diversas sociedades que há séculos viviam na província de Moçambique. Parece evidente que o uso da violência ou, como diz Mouzinho, da cultura do medo não era exclusividade de Portugal. Muitas sociedades africanas, para além de Moçambique, com as ocupações alemãs, francesas, inglesas, belgas, no mundo africano também experimentaram tal prática na carne e na alma.

Mesmo em algumas situações onde se julgava que o território estaria pacificado, portanto conquistado, identifica-se que a qualquer momento grandes movimentos poderiam surgir contrariando o domínio colonial. O próprio Joaquim Mouzinho de Albuquerque, por exemplo, não contava que em 1897 ocorresse mais uma revolta em Gaza. Reclamava o administrador da Província que seria muito difícil, talvez até mesmo impossível, para qualquer europeu “mesmo quando vive entre os indígenas durante muitos anos, fazer a mínima ideia das suas disposições que, parecendo por vezes sinceramente pacíficas, não passam de um disfarce com que encobrem preparativos de revolta.” (ALBUQUERQUE, 1899:87) A revolta de Gaza de 1897, sobre a qual Mouzinho fez referência, tratava-se dos remanescentes da *Campanha de 1895*. No movimento de 1897, estava à frente o régulo *Maguiguana*, um *Tsonga*, que tentava aglutinar guerreiros para fazer frente à dominação colonial. (SANTOS, 2007:181)

Era preciso se fazer a efetiva ocupação do lugar conquistado. Assim, reclamava Mouzinho que desde 1874, quando as missões cristãs protestantes escocesas se estabeleceram em Blantyre,³ o império lusitano se fizesse exercer sua autoridade política, administrativa e social, principalmente com a presença das missões cristãs católicas portuguesas, aquele território pertenceria à colônia portuguesa e por sua vez teria evitado “a vergonha do *Ultimatum*” Inglês de 1891. Era preciso civilizar toda a “gente selvagem”, livrando-a, na linguagem do colonizador, da tirania dos grandes chefes indígenas. Mas, para ocupar e civilizar toda a gente e, principalmente, proteger a soberania do império ultramarino. (ALBUQUERQUE, 1899: 89,92-93)

Observa-se que não bastava conquistar os corpos, mas, também, as almas. Muitos

3 Fundada através do trabalho missionário da Igreja da Escócia, hoje Blantyre é uma das mais importantes cidades do Malaui. It has many historic and cultural heritage resources, which constitute a vital part of the city and are crucial for its identity, cultural and social well-being and attractiveness to business and tourism.

administradores e religiosos, como o Padre Vicente do Sacramento em 1919, argumentavam que as missões “além de imporem a língua, os valores e os costumes europeus aos *indígenas*, deveriam também ser missões de ocupação efetiva e exploração das terras...” (ZAMPARONI, 2007).⁴ Com as missões, os *indígenas*, segundo Mouzinho, aprenderiam a trabalhar, aperfeiçoar seus primitivos processos de cultura, seriam treinados em profissões manuais, ao mesmo tempo que poderiam adquirir “uns princípios de moral rudimentar, que, se de muitos são frequentemente esquecidos, n’outros frutificam em benefício próprio e alheio”. (ALBUQUERQUE, 1899:96)

Nas várias localidades, diversas sociedades, de alguma forma, passaram a ter contato direto ou indireto com os missionários católicos.⁵ O império português precisava de mãos para o trabalho, daí a necessidade de preparar o homem africano moralmente para o mundo do trabalho dos colonos. (ZAMPARONI, 2007: 45-63) Assim, o administrador de Moçambique, no final do século XIX, defendia:

Quanto a mim, o que melhor temos a fazer para educar e civilisar o indígena é desenvolver-lhe praticamente as suas aptidões de trabalho manual e aproveitá-lo para a exploração da província. É pelo trabalho manual, pelos hábitos de atividade regulamentada que ele traz como conseqüência, pelas necessidades que cria em contato com os brancos, que o indígena hade ir passando por uma evolução lenta do estado selvagem para uma civilização rudimentar, única de que, por agora, aquela raça me parece susceptível. (ALBUQUERQUE, 1899:101)

Foram muitas as missões instaladas pela Província de Moçambique. Missões cristãs estrangeiras, a exemplo das chamadas missões suíças e missões cristãs católicas lusitanas se estabeleceram na colônia, principalmente, no final do século XIX e ao longo do século XX. Mesmo num curto período de tempo, quando o Estado separou da Igreja, durante o advento da República em Portugal, os religiosos, sejam eles seculares ou regulares, não deixaram de atuar na colônia portuguesa. (ZAMPARONI, 1998:416)

Em 1898, por exemplo, a Ordem Franciscana fundou a primeira missão em Moçambique, instalando-se no distrito de Beira. Em 1910, missionários dessa Ordem já estavam atuando além de Beira, também em Xai-Xai, S. José do Môngue, São Francisco de Inharrime ou Mocumbi.⁶ Com o passar do tempo, o mapa de expansão dos Franciscanos se ampliaria ainda mais. Em 1933, o relatório enviado à Roma e à sede do governo português em Lisboa informava que as missões franciscanas estavam espalhadas em vários lugares

4 Ver, também, Valdemir Zamparoni. “Deus branco, almas negras: colonialismo, educação, religião e racismo em Moçambique, 1910-1940”. Texto digitalizado <http://www.xiconhoca.net/deusbrancoalmanegra/>.p.5

5 Segundo Eduardo Medeiros, o termo etnia é contemporaneamente discutível, apontando que a ideia de composição étnica moçambicana tem uma longa, complexa e controversa história. Segundo ele, as etnias nascem e morrem, e a fixação étnica feita pelo colonialismo tardio, por si mesmo um objeto de estudo, é uma armadilha para os mais distraídos estudiosos do assunto, sobretudo que muitos desprezam com frequência a contextualização histórica na longa duração. Ver: Eduardo Medeiros. “Etnias e etnicidade em Moçambique – notas para o estudo da formação de entidades tribais e étnicas entre povos de língua(s) emakhuwa e élómuwè”. In: Cientistas Portugueses Residentes no Estrangeiro. Aveiro, UA/Fórum Investigadores Portugueses, Fundação João Jacinto Magalhães, 1996: 107-127.

6 Arquivo Província Portuguesa da Ordem dos Franciscanos, Lisboa. Missão Franciscana de Moçambique – 1, Estante VI b N° 303, relatório de 1933, p.1

de Moçambique, a exemplo de Beira, Mõnguè, Inharrine, Homoïne, Amatongas, Macequece e Inhambane.

Nesse relatório, produzido em 1933, identifica-se que aquelas mesmas questões apresentadas em 1899 por Mouzinho Albuquerque continuavam entre os objetivos e práticas dos chamados agentes civilizadores. Assim, o relatório informava que “o missionário pretende fazer do indígena não só cristão pronto e dar a vida pela sua fé, mas também um homem regularmente instruído na leitura e escritura da língua portuguesa, e com hábitos de trabalho.”⁷ Passado 35 (trinta e cinco) anos que a missão dos franciscanos chegara à Moçambique, aquela mesma preocupação de cristianizar, ou melhor, civilizar os *indígenas* para o mundo do trabalho continuaria em voga.

Portanto, diante das considerações preliminares, é nesse contexto dos finais do século XIX, que teremos de ampliar a análise sobre as incursões missionárias católicas e as repercussões sociais e culturais de suas atividades evangelizadoras e civilizadoras. Todavia, na próxima seção será discutido aspectos em torno de uma viagem feita por um missionário católico, portanto um *espírito branco*, representante do Deus cristão, às terras do Maputo, com a missão em conquistar almas negras para o governo colonial em Moçambique.

2 I “EM BUSCA DE UMA ALMA NEGRA”: UMA VIAGEM À MAPUTO

A presença lusitana ao sul de Moçambique, ainda que incipiente, data desde o século XVI. Naquela região, principalmente, em torno da baía de Lourenço Marques se constituiu um importante entreposto comercial que se negociava marfim, ouro, fazendas e até mesmo humanos que eram capturados para atender ao lucrativo mercado escravista. (NORONHA, 1936). A baía de Lourenço Marques era uma área estratégica para a entrada e saída de mercadorias e pessoas de diferentes origens e nacionalidades. A localização privilegiada das terras ao Sul de Moçambique fez com que ao longo dos séculos, sobretudo no XIX, ocorresse uma intensa movimentação de diversos grupos e sociedades locais, denominados genericamente pelos portugueses de *landins* – em sua maioria *Tsongas* – em função das mudanças que ocorreriam, sobretudo, a partir da presença dos ingleses no Transvaal, a expansão territorial dos *boers* nas fronteiras sul africanas, migrações e conquistas dos povos *nguni* ou *vátuas* em terras do sul de Moçambique e da presença de portugueses na condição de comerciantes, negociantes, viajantes, administradores, militares, missionários, entre outros sujeitos de nacionalidades diversas que para àquelas terras se dirigiam em busca de riquezas e negócios. (PELLISSIER, 1994 p. 111-128; MAUNGUE, 2012, p.50-62)

Outro importante fator que proporcionava uma intensa movimentação populacional estaria relacionado à localização espacial da baía de Lourenço Marques, que estava ligada

⁷ *Idem*, relatório de 1933, p.2

a uma vasta rede fluvial ao Sul de Moçambique. Importantes rios, como o Incomati, Maputo, Tembe, Sabié, Limpopo, entre outros rios e lagos serviram ao longo dos séculos como elo de comunicação entre a chamada “gentes do mato” com a população que se constituía entorno do litoral, mas especificamente nas adjacências do que seria a partir da segunda metade do século XIX o distrito e posteriormente cidade de Lourenço Marques.⁸ Esta vasta região a partir da segunda metade do XIX se tornou um espaço estratégico para a expansão comercial e territorial dos negócios lusitanos. Portugal precisava defender o importante território contra a influência inglesa, dos boers e contra as chefaturas existentes que não aceitavam o sistema de domínio, “vassalagem”, português e para isso alegava que faria tal defesa em nome do “direito natural e de soberania” que exercia desde os tempos imemoriais dos “descobrimientos”.⁹

No final do século XIX, dada a política colonialista adotada após o tratado de Berlim 1884/85 e as ferrenhas disputas por territórios entre as nações imperialistas europeias, Portugal, de modo geral, tratou de efetivamente ocupar o território de Moçambique. As fronteiras e entradas para as terras de Moçambique eram objetos de diversas projetos e debates entre a administração local da Colônia e os administradores, políticos, militares da Metrópole. No caso específico ao sul do Rio Save, preocupações e ações eram tomadas no sentido de proteger a região costeira que banhava toda a faixa litorânea de Inhambane, Gaza, assim como Lourenço Marques.

Como dito, anteriormente, Lourenço Marques era um importante porto de embarque e desembarque de mercadores, viajantes, militares, administradores, intelectuais, missionários, entre outros sujeitos. Não apenas mercadorias circulavam por aquele vasto espaço mas, também, pessoas, ideias, notícias, boatos, práticas sociais, culturais e políticas. Da mesma forma que a área costeira deveria ser protegida, as fronteiras mais ao oeste em relação ao litoral, igualmente, deveriam ser nacionalizadas e vigiadas contra a expansão e cobiça das nações inimigas, a exemplo das dinâmicas sociais e políticas

8 Lourenço Marques(atual Maputo, capital de Moçambique) até finais do século XIX, quando de fato iniciaria uma efetiva ocupação e colonização das terras do Sul do Save pelo Governo Português, se constituía apenas como sede de uma fortaleza militar (Presídio) e servia como entreposto comercial. O distrito de Lourenço Marques e seu Presídio eram cobichados principalmente em função da área portuária. Por exemplo em meados do século XVIII não apenas portugueses se faziam presentes na região portuária e, conseqüentemente, em torno das terras que margeavam o distrito se faziam presentes os britânicos, holandeses, franceses e até mesmo austríacos. Na primeira metade do século XIX os portugueses igualmente tiveram que enfrentar além dos povos locais Angunes (ngunis) Zulus e Tsongas, enfretaram os Boers, conhecidos como Holandeses do Cabo. Os Boers estavam em busca de rotas que ligasse as terras sul africanas ao litoral Indico, sobretudo aos rios da região de Maputo, o Catembe e, propriamente a baía de Lourenço Marques. Ver (PELISSIER, 1994:113-115)

9 Na segunda metade do século XIX, a estratégia adotada pelo Governo português para controlar o sul do Save, já que não tinha de fato o domínio direto do território, seria manter a soberania sobre a região a partir do sistema que à época se denominava de “vassalagem”. Os régulos a partir de acordos e tratados feitos com o reino português se tornavam tributários, portanto vassallos, da metrópole. No decorrer da segunda metade do século XIX diversos régulos foram considerados tributários de Portugal, a exemplos de Moamba, Xirinda, Manhiça, Magaia, Matola, Mahota, entre outros, que deviam lealdade à soberania portuguesa e defender o território de invasões estrangeiras ou de povos “inimigos” da tão cobiçada região. (NORONHA, 1936: 11-12). O próprio chefe *vátua* (*nguni*), o régulo Muzila, pai daquele que seria um dos mais temidos régulos do Sul de Moçambique, o Gungunhana, tornara-se vassallo de Portugal e, portanto, iniciaria sua política de expansão do território do rei dos *vátuas* no início da segunda metade do XIX. Muzila era filho e sucessor de Manicusse que, à frente de um exército vindo da Zululândia, tinha fundado o Império de Gaza.

que ocorriam nas terras do reino Maputo, sob o domínio da rainha Zambia (Zambila) e, posteriormente seu filho o rei Unguanazi (Ngwanase) (MTHETHWA, 2002, p. 45-70; MAUNGUE, 2012, p.58).¹⁰ A preocupação do governo português não se dava apenas em torno da forte política e cobiça colonialista britânica mas, principalmente, preocupações diversas e, não menos importantes, fizeram com que Portugal no final do XIX adotasse uma política mais dura para definitivamente conquistar o território que defendia, segundo os portugueses, por direito natural. Nesse contexto de dominação e exploração surgem, como denomina Terence (RANGER, 2011: 51-72) diversas iniciativas e movimentos de resistência dos povos “avassalados”, ou não, submetidos ao domínio português.¹¹

À época entre 1890 e 1894, por exemplo, é possível identificar diversas bases missionárias e sucursais de igrejas protestantes em diversos pontos do território do Sul de Moçambique. Configurava naquele espaço a presença das missões suíças, missões anglicanas, missões wesleyanas, entre outras, principalmente oriundas das terras sul africanas a exemplo do Natal e Transvaal. (NORONHA, 1894: 12; BUTSELAAR, 1987; JUNOD,1996) Dessa forma, Portugal precisava urgentemente conhecer, dominar e colonizar as terras e as sociedades locais, portanto fincar a bandeira portuguesa, devido às ameaças externas e, igualmente, as ameaças internas em razão às inúmeras agitações empreendidas pelos africanos que ocorriam nesse lapso de tempo. Entre a administração da metrópole e administração do governo colonial e mesmo no âmbito da administração local do distrito era consenso que Portugal precisava colonizar e civilizar os povos inferiores. Para isso as sociedades locais deveriam jurar lealdade administrativa e política ao regime e aceitar o domínio português sobre suas gentes e terras. Quando esse domínio não se dava de forma “diplomática”, a exemplo do sistema de “vassalagem”, era precisar exercitar o domínio a partir da força militar e todo seu aparato bélico. Contudo, outras formas e estratégias de dominação ocorreram com o afã de colonizar e explorar a Colônia.

Nesse sentido, apesar dos vários regimes políticos vivenciados na metrópole desde de final do XIX até meados de 1940, o emprego de pessoal missionário católico português seja ele de uma ordem religiosa ou secular foi utilizado em todo território tanto nas terras do sul, quanto na região central e até mesmo no norte de Moçambique. Ainda que algumas áreas estivesse sob dominação indireta, tal como a região de Manica e Sofala que estava, de 1891 até 1942, sob domínio da Companhia de Moçambique, a presença missionária se fazia presente, à exemplo dos missionários da Ordem Franciscana que chegaram naquele espaço no final do século XIX, assim que a Companhia foi sediada na região. Como já

10 A Colônia precisava efetivamente ocupar e explorar seu território dada a ameaça, por exemplo, da presença dos *boers* e ingleses no Transvaal e no Natal, assim como proteger a fronteira, sob a política e cobiça de Cecil Rhodes, na faixa que circundava o lado noroeste de Gaza com o território sob o domínio da Bristish South Africa Company, criada em 1889, que seria a futura Rhodésia

11 Na medida que a política de colonização endurecia, reações diversas eclodiram por parte tanto dos “naturais” da terra, quanto dos colonizadores portugueses. Estes não apenas temiam aos “naturais” da terra. De maneira geral, Portugal vivia o tempo todo sob tensão quanto ao domínio daquilo que era considerado seu território. Mesmo após o *ultimatum* inglês de 1891, assinado entre Portugal e a coroa britânica que definia as fronteiras da Colônia, a coroa lusitana, também, a todo tempo temia que Moçambique fosse invadida pelos estrangeiros e seus negócios

foi devidamente situado na primeira seção desse artigo as missões católicas agiram como uma espécie de “braço” da administração colonial nas terras de Moçambique.¹²

Em 1894, Eduardo de Noronha, português, oficial de infantaria, jornalista e escritor – à época atuou como militar nos conflitos que se sucederam em torno da “rebelião dos indígenas” do distrito de Lourenço Marques – publicou uma longa crônica a partir de suas memórias e experiências, narrando tal acontecimento. Lembra o cronista e militar que, para além do endurecimento da administração colonial sobre os régulos e “suas gentes”, a influência dos missionários estrangeiros contaminavam as relações “diplomáticas” que os lusitanos tinham para com os chefes locais e suas populações.¹³ Noronha, como testemunha ocular, dos fatos à época, apontava que os missionários a exemplo das missões suíças e wesleynas eram “hábeis e inteligentes, sacerdotes por vocação, conhecendo variadas ciencias, pregando na língua dos indígenas, casados e trazendo consigo suas mulheres, percorrem as povoações” e disseminavam todo um ódio nos lugares que se estabeleciam contra a soberania portuguesa. Eram vistos como os mais “perigosos inimigos do domínio português na África” (NORONHA, 1894:12).

No dia 14 de outubro de 1894, alguns chefes locais, sobretudo descontentes com o endurecimento da política colonial,¹⁴ a exemplo de Mamatibejana, regulo do Zixaxa, de Mahazuli, regulo de Magaia e de Amgundjuana, regulo da Moamba, politicamente resolveram atacar a cidade de Lourenço Marques. A estratégia adotada era que o ataque deveria ser feito por três pontos diferentes e esse momento teria que acontecer antes de chegarem à cidade os reforços oriundos da Europa ou de outros pontos de Moçambique. Dessa forma, a gente dos régulos de Zixaxa e de Moamba, segundo as memórias de Eduardo Noronha, atacaria pelo Lanhaguene, a estrada que daria acesso ao Transwaal e a baixa do Mahé. (NORONHA, 1894: 77) Na manhã de domingo os “rebeldes” atacaram a sede da missão de São José de L’hanguene, destruíram o altar, “multilaram os santos, derrubaram os crucifixos e teriam queimado a capella se não fossem repellidos” (NORONHA, 1894:79) O fato ocorrido denota que àquela gente, de alguma forma, enxergava a igreja católica como símbolo do governo colonial português. As imagens dos santos católicos, a exemplo do padroeiro da missão São José, foram simbolicamente mutilados e destruídos. Além dos santos, os crucifixos foram derrubados, fato este que sugere uma consciência dos “rebeldes” frente ao regime e tudo o que representava a presença da cruz, portanto da

12 As missões católicas além de auxiliar a administração colonial para dominar as mentes, os corpos e almas dos africanos, também teriam a função em combater uma forte presença de missionários protestantes, denominados de estrangeiros, uma vez que estes eram vistos como uma das mais perigosas ameaças do domínio português na África oriental. (NORONHA, 1894).

13 Nesse contexto há que se destacar o papel dos *chiconguelas* que eram uma espécie de evangelistas africanos formados pelas missões protestantes, a exemplo das missões suíças. Muitas autoridades atribuíam que os tais *chiconguelas* exerciam uma importante influência juntos alguns régulos e suas gentes despertando-os politicamente para as formas de exploração pelas quais eram submetidos pelo governo colonial. Para compreensão mais ampliada, embora seja para um período posterior ao final do XIX, sobre a influência da evangelização na formação da consciência política de parte dos africanos do sul de Moçambique, ver (SILVA, 2001)

14 Sobre o endurecimento da política colonial portuguesa nos territórios Sul de Moçambique. Ver: (ZAMPARONI:2007)

igreja católica, naquelas terras. (SILVA, 2001)

Contrariando a semântica maniqueísta e racista compartilhado à época por missionários, administradores, militares, etnógrafos, entre outros, que afirmavam que os africanos eram inferiores, crianças crescidas, selvagens, pagãos, incivilizados, entre outros termos¹⁵ e estes agiam apenas a partir dos instintos, o caso acima apontado denota que apesar do poderio bélico do colonizador, os subjugados, ainda que em determinado momento não fossem vitoriosos, souberam, quando possível, articular, planejar e agir contra as arbitrariedades do sistema colonialista. Em relação ao ataque dos indígenas de 1894 contra a cidade de Lourenço Marques, indica que desde anos anteriores muitas sociedades locais estariam descontentes com a política administrativa e religiosa adotada pela administração colonial.

Dessa forma, nota-se que muitas expedições sejam elas militares, administrativas e religiosas foram feitas no sentido de convencer muitos chefes locais para serem leais apenas à bandeira e soberania portuguesa, uma vez que muitos régulos poderiam ser cooptados ou alinharem-se aos ingleses, a exemplos do Rei Gungunhana, do protetorado de Gaza e do Rei Unguanazi, do Maputo. Estes dois, por exemplo, anterior aos acontecimentos de 1894, embora tivesse prestado juramento de “vassalagem” à administração portuguesa, também, fizeram acordos com os ingleses do Transvaal e da Bristish South Africa Company, criada em 1889, que seria a futura Rhodésia.

2.1 “Unguanazi... naturalmente ativo, como descendente de família fidalga” uma viagem de um representante do “Deus Branco” pelo Maputo.

A Igreja católica, através da Prelazia em Moçambique, juntamente com a administração colonial entre o final do século XIX e décadas iniciais do XX, mesmo quando se instituiu a República, em 1910, onde se separava a Igreja do Estado, patrocinou a abertura de diversas bases e sucursais missionárias com o objetivo central em conhecer, catequisar e civilizar inúmeras sociedades locais. No ano de 1892, a Prelazia de Moçambique, por ordem do Governo colonial, determinava que o missionário secular padre Augusto Soares Pinheiro, fundasse uma base missionária, cujo padroeiro era São José, próximo a Lourenço Marques, distância de 4km da cidade, no lugar conhecido como Mayanguene, que posteriormente, a pedido do pároco para se evitar certos inconvenientes, foi alterado em novembro de 1892, para o nome de L’hanguene.¹⁶

Em seu primeiro relatório enviado ao Prelado local, Augusto Soares Pinheiro, informou que a principal razão de ter sido criada àquela missão era fazer frente à propaganda das sociedades bíblicas que há anos ali foram estabelecidas, a exemplo da missão suíça, alcançado sobre o indígena grande prestígio.¹⁷ Assim descrevia o missionário que no raio

¹⁵ Sobre o papel desempenhado por missionários, viajantes, militares, administradores, etnólogos, os chamados ideólogos do colonialismo, dentro da ordem colonial, ver: (MUDIMBE: 2013)

¹⁶ Arquivo da Arquidiocese de Maputo, doravante AAM, Caixa. Missão São Jose de L’hanguene, Correspondência de 20.11.1892, enviada à Prelazia.

¹⁷ AAM, .Caixa Missão L’hanguene, Relatório de 22.04.1893.

de 03km da sede da missão haviam cerca de 2500 a 3000 almas indígenas, dos quais apenas 90 (noventa) eram cristãos e aqueles que sabiam ler de forma rudimentar não mais que 130 almas. Dois anos após a fundação da base missionária de L´hanguene e de ter posto em prática sua “política de missão”, o pároco fora ordenado a abrir outras sucursais, sobretudo com escolas, para catequisar novas almas e os corpos.

Em 02 de fevereiro de 1894, mediante autorização do Bispo da Prelazia, partiu Augusto Soares para a região do Maputo com o objetivo de convencer o chefe local e sua gente a adotar, por meio da convenção, as doutrinas da fé católica. Estava convencido o missionário dos ensinamentos de São Marcos que orientava que o bom cristão deveria pregar o evangelho a toda criatura. Assim, teria o religioso como missão buscar e converter novas almas para o reino de Deus. Melhor situando: para o reino branco lusitano. A viagem do missionário através do rio Maputo levou um dia, pernoitando na povoação do Salamanga. No dia seguinte, após 04 horas de marcha no lombo do cavalo, o missionário e sua comitiva chegaram onde estava estabelecido a autoridade portuguesa, próximo do rei do Maputo, conhecido como rei Unguanazi (Ngwanase) e de sua mãe, a famosíssima rainha Zambia (Zambila).¹⁸

No contexto no final do século XIX, precisamente antes da grande política de pacificação dada através das Campanhas de 1895, a região do Maputo, sobretudo em função de sua localização estratégica, era objeto de disputas entre os britânicos e portugueses. Não apenas estes tinham interesses mas, igualmente, embora por razões diversas, os boers e zulus, queriam uma maior penetração naquela região. Pelas evidências apontadas na documentação e por análises feitas por outros estudiosos, (MTHETHWA, 2002; MAUNGUE, 2012) observa-se que por um período razoável de tempo tanto a rainha Zambia, quanto o rei Unguanazi, seu filho, das terras do Maputo, souberam tirar “proveito” tanto das incursões feitas pela administração britânica, quanto pela administração portuguesa tendo em vista a política de dominação exercida sobre as chefaturas locais nas fronteiras sul africanas entre as potências europeias.

No relatório enviado à Prelazia, confessa o religiosos que, uma vez confiado a ele a tarefa de convencer o rei Unguanazi em aceitar a soberania portuguesa e em suas terras instalar uma sucursal missionária, partiu para a viagem um pouco desanimado já que pelas informações preliminares que tivera sobre aquele individuo, sua mãe e sua gente, eles seriam cruéis, sanguinários e “mais retrógados que os chineses.”¹⁹ Nesse momento o missionário utiliza-se da presença chinesa em terras moçambicanas para do ponto de vista racial e dos *usos* e *costumes* classificar os africanos, especialmente as gentes sob proteção de Unguanazi , como populações mais atrasadas e retrógadas na escala da humanidade. Evidentemente que os brancos, a exemplo do próprio missionário, na ordem colonial auto se representavam como previdentes, altivos, racionais e empreendedores.

18 AAM. Caixa Missão L´hanguene, Relatório de 22.04.1893.

19 AAM, Caixa, Missão José de L´anguene. Relatório de uma viagem ao Maputo,p.2

(MBEMBE:2014)

Passado alguns dias após sua chegada ao Maputo, o padre pela primeira vez testemunhava a chegada de Unguanazi, com parte de sua gente, chegando da grande caçada empreendida. No dia 09 de fevereiro, completando 07(sete) dias que partiu de Lourenço Marques, finalmente o religioso encontrou-se com o rei. Ao vê-lo em carne e osso o tão temido chefe, Augusto Soares ficou surpreso com a presença daquela figura já que ele era representado como um dos mais temíveis chefes de toda região sul das baías de Maputo e Lourenço Marques. Mas, para a surpresa do religioso o rei de Maputo, segundo a sua visão, era de bela estatura, olhar franco e “seu ar naturalmente altivo” tal como se fazia parecer descendente de uma família fidalga. Feitas as primeiras tratativas através de um interprete, residente no posto militar, perto da sede do rei, Augusto Soares, revelou que:

Depois dos cumprimentos e de saber ele do interprete da residência quem eu era falei-lhe eu mesmo em landim, que é a língua falada com pequenas diferenças de pronuncia em todo estes districto e apresentei-lhe as minhas pretensões. (...) Tenho já ensinado muita gente em Lourenço Marques e agora quero vir para aqui para te ensinar a ler, a escrever, a contar e a falar a língua portuguesa que é muito bonita e fácil de aprender. (...) Respondeu-me (Inguanazi) que há muito tempo desejava saber falar o portuguez e que por isso aceitava e agradecia o meu oferecimento que escolhesse o logar para a casa da escola e para me provar a sua boa vontade mandou que lhe trouxessem um pequeno methodo de leitura escripto em zulo e inglez e leu-me algumas palavras, escrevendo com razoável calligraphia o seu nome num papel que lhe apresentei.²⁰

Muitos missionários quando chegaram em terras africanas simplesmente enxergavam as sociedades locais e suas culturas como tábulas rasas sem nada oferecer à civilização. O missionário Augusto Soares não fugia a regra. Ele representava os *landins*, (*Tsongas ou rongas*) do sul de Moçambique como povos de péssima índole, dentre outros atributos inferiorizantes. Muitos, viam, por exemplo, as línguas faladas pelos “donos da terra” como uma espécie de “balbucias” ou no limite eram vistas como dialetos porém, não poderiam ser configuradas como verdadeiras línguas. Aliás, a língua, dentre outros grandes temas, vai ser objeto de projetos e debates acalorados não apenas entre os missionários católicos mas, também, entre os administradores locais, negociantes e até mesmo entre os missionários das igrejas protestantes.

Para o caso acima, o encontro entre o rei Unguanazi Tembe e o religioso Augusto, o missionário adotaria método semelhante tal como os missionários protestantes já algum tempo empreendiam. Estes ensinavam aos africanos o cristianismo e outras coisas práticas da vida na própria língua dos “donos da terra”. (JUNOD, 1896) Diríamos que, para o fato acima, o missionário Augusto teve que primeiro se “civilizar” com os “donos da terra”, principalmente, aprender sua língua para a partir daí colocar em prática seu

²⁰ AAM, Caixa, Missão São Jose L’hanguene. Relatório de uma viagem ao Maputo, p. 2

projeto catequético entre os *landins* dos arredores de Lourenço Marques e L’hanguene. Na conferência que ele teve com o rei Unguanazi, utilizou-se a língua *landim* para convencê-lo de que a presença de uma sucursal missionária católica seria alvo vantajoso para a gente de Maputo.

Na contra mão daquilo que muitos pensavam de que os africanos eram tábulas rasas ou proto-humanos, Unguanazi se revelou um homem dotado de uma complexa inteligência. Revelou aquele rei ao missionário que não apenas queria falar português já algum tempo mas, igualmente, sabia falar, ao menos para o olhar desconfiado do religioso, zulu e inglês. Na acepção da palavra, diríamos que Unguanazi era um verdadeiro poliglota. Não apenas falava sua língua materna (ronga), o *landim* para os portugueses, falava e escrevia algumas frases e termos em zulu e inglês mas, além disso, queria saber falar português. Apreende-se desse caso, especificamente, por Maputo está localizada numa zona fronteira e alvo de uma forte influência dos zulus, ingleses e portugueses de alguma forma Unguanazi queria saber “jogar o jogo” e minimamente dominar os signos e símbolos daqueles que por circunstâncias diversas, por um longo período tinha que se relacionar inclusive com os inimigos.

Embora Unguanazi tenha aceitado as tratativas proposta pelo padre Augusto Soares em fevereiro de 1894, pelo visto 07 (sete) meses depois, mais precisamente às vésperas de outubro de 1894, o rei de Maputo resolveu, após acordos e promessas, não auxiliar os portugueses naquela empreitada. O acordo feito era para que o regulo de Maputo pudesse auxiliar as tropas portuguesas contra os pretos revoltados do Mahazuli, na Magaia cuja a povoação ficava próxima ao rio Incomati, mas também de outros régulos como de Zixaxa e Moamba. Teria aquele regulo do Maputo, tal como teria refletido a mãe do regulo Maticuana, localizado próximo às cercanias de Lourenço Marques, se solidarizado com os “indígenas revoltosos”? Noronha, testemunha ocular, à época, dos fatos que sucederam no ano de 1894, afirmou que a mãe de Maticuana teria dito a uma “embaixada” portuguesa que:

os brancos querem os meus filhos, que são pretos, para bater outros pretos por causa do aumento do imposto de palhota, irmãos não matam irmãos, os brancos já mandaram chamar a impi de Maputo, que venha, que as nossas azagaiais tingi-se-hão de sangue. (NORONHA, 1894:27)

Dessa forma transcreveu Eduardo de Noronha a partir de suas lembranças e experiências vividas à época. O que se sabe desse episódio, que será objeto de análise em outro momento, é que por solidariedade ou por interesses diversos o povo de Maputo, embora tenha chegado até às margens do rio Catembe, próximo a baía de Lourenço Marques, não avançou sequer um metro para auxiliar as tropas portuguesas e lutar contra os indígenas revoltados daquele lugar. Aliás, o imposto de palhota será por assim dizer o estopim para que muitos africanos de Moçambique se revoltassem com mais veemência ao domínio português. Práticas de resistência diversas, sobretudo, contra o trabalho forçado,

chibalo, e contra a cobrança do imposto de palhota (ZAMPARONI, 2007) vão servir de mote para as Campanhas de 1895 que destronaram, entre outros, o reinado de Unguanazi, em Maputo e o reinado de Gungunhana em Gaza.

REFERÊNCIA

ALBUQUERQUE, J. Mouzinho de. *Moçambique. 1896-1898*. Lisboa. Manoel Gomes, Editor.1899

BOAHEN, Albert Adu. *África sob dominação colonial, 1880-1935*. 3ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011 (Coleção História Geral da África, vol.7)

BUTSELAAR, JAN VAN. *Africanos, missionários e colonialistas. As origens da Igreja Presbiteriana de Moçambique. (missão suíça) 1880-1896*. Lausanne: Departement Missionnaire des Eglises Protestantes de la Suisse Romande, 1987

ENNES, Antônio. *Moçambique*. Relatório apresentado ao Governo. 4ª edição. Agência Geral do Ultramar, 1946

JUNOD, Henri. *Grammaire Ronga. Manuel de conversation. Vocabulaire. Ronga-portugais-français-anglais*. Lausanne: Imprimerie Georges Bridel, 1896

JUNOD, Henri. *Usos e costumes dos Bantu*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1996, tomo I e II

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra – II*. 3º edição. Lisboa: Publicações Europa-América, 2002

MAÚNGUE, Sérgio Armando. *Território vivido e o mapa colonial: migração, colonialismo e identidades no Sul da Baía de Maputo*. Dissertação de Mestrado. Pós Graduação em História. Salvador: Ufba, 2012.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

MEDEIROS, Eduardo. "Etnias e etnicidade em Moçambique – notas para o estudo da formação de entidades tribais e étnicas entre povos de língua(s) emakhuwa e élómuwè In: Cientistas Portugueses Residentes no Estrangeiro. Aveiro, UA/Fórum Investigadores Portugueses, Fundação João Jacinto Magalhães, 1996: 107-127.

MOUTINHO, Mario. *O Indígena no Pensamento Colonial Português*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófona, 2000

MTHETHWA, Dingani. *The Mobilization Of History and the Tempe Chieftaincy In Maputaland: 1896-1997*. Masters of Arts in History. Faculty of Human Sciences, Univrsity of Natal. Durban, 2002.

MUDIMBE, V.Y. *A Invenção de África. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Portual: Edições Pedagogo; Angola: Edições Mulemba, 2013

NORONHA, Eduardo de. *A rebelião dos indígenas em Lourenço Marques*. Lisboa: M.Gomes, Editor, 1894.

NORONHA, Eduardo de. A Defesa de Lourenço Marques. Divisão de publicações e Biblioteca. Agência Geral das Colônias. Lisboa: Coleção pelo Império, 1936

PELISSIER, René. História de Moçambique. Formação e oposição 1854-1918. Vol 1. Lisboa: Estampa, 1994

RANGER, Terence. Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista. In: BOAHEN, Albert Adu. África sob dominação colonial, 1880-1935. 3ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011 (Coleção História Geral da África, vol.7)

SANTOS, Gabriela Aparecida dos. Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do sul de Moçambique (1821-1897). Dissertação de Mestrado. Pós Graduação em História. USP: São Paulo, 2007

SOUZA, José Augusto Alves de. 500 anos de Evangelização em Moçambique. (11 de março de 1498 a 11 de março de 1998). Braga: Livraria A.I., 1998

SILVA, Teresa Cruz e. Igrejas protestantes e consciência política no Sul de Moçambique: o caso da Missão Suiça (1930-1974). Maputo: PROMÉDIA, 2001

WESSELING, H. L. Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914). Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Revan, 1998;

ZAMPARONI, Valdemir D. Entre 'narros' e 'mulungos': colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, Moçambique 1890-1940. Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo, 1998

ZAMPARONI, Valdemir D. De escravo a cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique. Salvador: Edufba; CEAO, 2007

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arqueoastronomia 4, 152, 153, 154, 155, 158, 159, 162

B

Bernard Lahire 62, 63, 64, 67, 68, 70, 71

C

Catolicismo 4, 17, 116, 124, 125, 130, 131

Charges 3, 1, 9, 13

Conflitos 27, 37, 38, 39, 41, 43, 45, 52, 76, 87, 97

Conservadorismo 116, 120, 126, 127

Covid-19 3, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 12, 13, 20

D

Dom Augusto Álvaro da Silva 4, 128, 129, 130, 132, 134, 139, 140, 141

Dom Emanuel Gomes de Oliveira 4, 104, 105, 106, 111, 112, 114, 115

E

Espanha 116, 118, 123, 124, 157, 158

Eucalipto 37, 43, 44

F

Fenômeno Religioso 62, 63, 64, 65, 67, 68, 70, 71

G

Goiás 16, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 114, 115

H

História Antiga 152

História oral 37, 39, 47

Historiografia 4, 50, 51, 116, 162, 166, 167, 179, 180, 184, 196, 197, 198, 200

I

Igreja Católica na Bahia 128, 141

interseccionalidade 28

Interseccionalidade 28

J

Jurisprudência trabalhista 28

M

Memória 3, 5, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 110, 112, 113, 167, 168, 190

Mesopotâmia 152, 159

Mídia 15, 20, 25, 26, 134, 177

Modernidade 4, 26, 65, 66, 80, 116, 117, 119, 121, 123, 125, 127

P

Pandemia 3, 1, 3, 4, 5, 7, 11, 13, 14, 15, 19, 21, 23, 43, 47

Pluralismo 3, 62, 63, 64, 65, 66, 70, 71, 74, 75

Política 4, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 52, 56, 57, 61, 83, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 103, 104, 109, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 135, 136, 137, 168, 177, 178, 183, 188, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203

Q

Quilombo 37, 38, 40, 41, 42, 43, 45, 46

R

Religião 15, 19, 20, 21, 23, 25, 26, 27, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 85, 86, 93, 120, 121, 122, 130, 131, 141, 152, 159, 177

Representações 3, 1, 2, 6, 7, 13, 14, 38, 87, 89, 114, 167, 172, 175, 184, 200, 201

Restauração Católica 105, 128, 129, 139, 140, 141

Revendedoras de cosméticos 3, 28, 29, 30, 32, 34, 36

Revolução de 1930 128, 129, 130, 133, 134, 138, 140, 141

S

Scientific Discourse 4, 143, 144, 145, 146, 149, 150

Scientific law 143, 144, 145, 146, 147, 149

Semiotics 143, 144

T

Testamento 4, 42, 43, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 114



CHAVE DE COMPREENSÃO DA HISTÓRIA:

Cultura &
identidades

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021



CHAVE DE COMPREENSÃO DA HISTÓRIA:

Cultura &
identidades

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021